

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Senhores Acionistas,
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("BV Leasing") relativas aos semestres encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.
 Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações

são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.
 A BV Leasing encerrou 2013 com saldo de carteira de crédito de R\$ 1,0 bilhão, ante R\$ 2,0 bilhões em 2012. Essa redução está alinhada à retração na carteira de Leasing - Pessoa Física do mercado, que reduziu cerca de 56% nos últimos doze meses, conforme dados do Banco Central. Em 2013, a BV Leasing registrou lucro líquido de R\$ 109,7 milhões (R\$ 34,0 milhões no 2012) e patrimônio líquido de R\$ 1,4 bilhão (R\$ 1,3 bilhão em 2012).

Adicionalmente, no semestre encerrado em 30 de dezembro de 2013, não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.
 A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2014

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Ativo		
Circulante	23.391.528	8.581.885
Disponibilidades	(Nota 5) 4.425	6.779
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 6a) 5.519.242	3.189.889
Aplicações no mercado aberto	5.519.242	3.189.889
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	17.601.960	5.182.168
Carteira própria	(Nota 7a) 11.977	750.185
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a) 17.589.977	4.431.803
Vinculados à prestação de garantias	(Nota 7a) 6	180
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9) (1.718)	5.866
Arrendamento a receber - Setor privado	637.612	1.030.859
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(586.681)	(938.669)
Adiantamentos a fornecedores	2.471	1.041
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(55.120)	(87.365)
Outros créditos	(Nota 10) 259.707	186.762
Diversos	259.707	186.762
Outros valores e bens	(Nota 11) 7.912	10.421
Bens não de uso próprio	3.770	5.824
Provisões para desvalorizações	(726)	(668)
Despesas antecipadas	4.868	5.265
Realizável a longo prazo	4.478.397	17.274.829
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.904.020	16.639.303
Carteira própria	(Nota 7a) -	30.165
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a) 3.904.020	16.609.138
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9) (6.287)	5.323
Arrendamento a receber - Setor privado	306.932	803.054
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(287.437)	(731.154)
Adiantamentos a fornecedores	939	-
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(26.721)	(66.577)
Outros créditos	(Nota 10) 577.597	622.330
Diversos	577.597	622.330
Outros valores e bens	(Nota 11) 3.067	7.873
Bens não de uso próprio	1.463	-
Provisões para desvalorizações	(282)	-
Despesas antecipadas	1.886	7.873
Permanente	2.409.060	4.175.792
Investimentos	(Nota 12) 5.328	2.371
Outros investimentos	8.253	3.639
Provisão para perdas	(2.925)	(1.268)
Imobilizado de uso	-	-
Outras imobilizações de uso	186	186
Depreciações acumuladas	(186)	-
Imobilizado de arrendamento	(Nota 13) 2.388.195	4.163.546
Bens arrendados	2.851.275	4.421.749
Superveniência de depreciação	1.764.943	2.895.401
Depreciações acumuladas	(2.228.023)	(3.153.604)
Diferido	(Nota 14) 15.537	9.875
Gastos de organização e expansão	28.093	19.135
Amortização acumulada	(12.556)	(9.260)
Total do ativo	<u>30.278.985</u>	<u>30.032.506</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2013	2012
Passivo		
Circulante	5.023.336	1.991.537
Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 15a) 3.212.592	-
Recursos de debêntures	3.212.592	-
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	(Nota 16a) 1.062	1.417
FINAME	1.062	1.417
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a) 177.034	406.959
Instrumentos financeiros derivativos	177.034	406.959
Outras obrigações	1.632.648	1.583.161
Sociais e estatutárias	(Nota 17) 26.057	8.086
Fiscais e previdenciárias	(Nota 18a) 528.963	202.694
Cretores por antecipação de valor residual	1.062.574	1.332.393
Diversas	(Nota 19) 15.054	39.988
Exigível a longo prazo	23.850.174	26.719.228
Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 15a) 23.190.289	24.538.628
Recursos de debêntures	23.190.289	24.538.628
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	(Nota 16a) 7.237	13.459
FINAME	7.237	13.459
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a) 88.285	656.960
Instrumentos financeiros derivativos	88.285	656.960
Outras obrigações	564.363	1.510.181
Fiscais e previdenciárias	(Nota 18a) 143.559	470.985
Cretores por antecipação de valor residual	418.895	1.039.196
Diversas	(Nota 19) 1.909	-
Patrimônio líquido	1.405.475	1.321.741
Capital	998.800	998.800
De domiciliados no País	406.675	323.016
Reservas de lucros	-	(75)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Total do passivo	<u>30.278.985</u>	<u>30.032.506</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados		
	Capital Social	Legal		Expansão	Outras	acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2011	998.800	25.154	271.901	-	-	1.295.855
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(75)	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	34.047	34.047
Destinações do Lucro líquido:						
Reserva Legal	-	1.704	-	-	(1.704)	-
Reserva para expansão	-	-	24.257	-	(24.257)	-
Dividendos	-	-	-	-	(8.086)	(8.086)
Mutações do período	-	1.704	24.257	-	(75)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	998.800	26.858	296.158	-	(75)	1.321.741
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	75	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	109.716	109.716
Destinações do Lucro líquido:						
Reserva Legal	-	5.486	-	-	(5.486)	-
Dividendos	-	-	-	-	(26.057)	(26.057)
Reservas especiais	-	-	78.173	-	(78.173)	-
Mutações do período	-	5.486	78.173	75	-	83.734
Saldos em 31 de dezembro de 2013	998.800	32.344	296.158	78.173	-	1.405.475
Saldos em 30 de junho de 2013	998.800	28.789	296.158	-	-	1.360.441
Lucro líquido do período	-	-	-	-	71.091	71.091
Destinações do Lucro líquido:						
Reserva Legal	-	3.555	-	-	(3.555)	-
Dividendos	-	-	-	-	(26.057)	(26.057)
Reservas especiais	-	-	78.173	-	(78.173)	-
Mutações do período	-	3.555	78.173	-	(36.694)	45.034
Saldos em 31 de dezembro de 2013	998.800	32.344	296.158	78.173	-	1.405.475

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
 A BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.
 As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis
 As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
 Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, complementada pela Lei nº 11.941/2009, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do CMN. As alterações aprovadas pelo CMN foram:

- Os procedimentos observados no Pronunciamento Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na qual que não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo Banco Central do Brasil - CPC-00 (R1);
- Os procedimentos de mensuração do valor recuperável de ativos - CPC-01 (R1);
- A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa em substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - CPC-03 (R2);
- A divulgação em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis das informações sobre partes relacionadas - CPC-05 (R1);
- Pagamento baseado em ações - CPC-10 (R1);
- Definição de critérios para seleção, alteração e divulgação de políticas contábeis, para as alterações nas estimativas contábeis e para as retificações de erros - CPC-23;
- Eventos subsequentes - CPC-24; e
- Os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes - CPC-25.

Foi aplicado ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Banco Central do Brasil, conforme determina regulamentação vigente:

- Demonstração do Valor Adicionado - CPC-09.

A aplicação destes, e demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, não gerando impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis.
 A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2014.

3. Gerenciamento de riscos e Capital
 A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupadas nas seguintes categorias de risco: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.
 Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.
 Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Políticas, normas, manuais e procedimentos
 O processo de gerenciamento de riscos conta com um conjunto de documentos que estabelece as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades de gerenciamento de riscos. O nível de detalhamento destes normativos está estruturado em função do objetivo de cada documento e organizado conforme a hierarquia apresentada a seguir:

- Políticas Corporativas: princípios e diretrizes fundamentais estabelecidos pelo nível máximo da hierarquia e aplicados para toda a organização, norteados as demais normas, procedimentos e manuais de produtos e serviços;
- Normas: regras estabelecidas para definir as atividades e a forma como os procedimentos são organizados, aprofundando os aspectos abordados nas políticas corporativas;
- Procedimentos: regras operacionais estabelecidas para descrever as atividades e as etapas de sua execução, detalhando os aspectos abordados nas normas;
- Manuais de Produtos, Serviços, Sistemas e de Modelagens de Cálculo: conjunto de documentos que compilam as principais características sobre a estruturação dos produtos, serviços, sistemas e metodologias de cálculos utilizados.

Estes normativos estão publicados para consulta interna do Conglomerado, no Portal Corporativo (*intranet*), e são revistos e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando há mudanças significativas nos objetivos e estratégias do negócio ou mudanças significativas no enfoque e na metodologia de gestão do risco.

Risco de crédito
 O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle de riscos de crédito estão em conformidade com a Resolução nº 3.721 do CMN e práticas de mercado:

- Manuais e documentos contendo a estrutura organizacional, produtos, políticas corporativas e normas e procedimentos contendo fluxos e regras relacionados aos processos de governança, negócios e suporte de crédito;
- Adequado ambiente tecnológico englobando o ciclo de crédito com um fluxo de sistemas desde a admissão, acompanhamento e monitoramento até a reestruturação de crédito;

- Processo de validação cobrindo os riscos envolvidos em sistemas, acurácia dos modelos para cálculo e qualidade dos dados processados, bem como a abrangência dos documentos;
- Estrutura de comitês e alçadas de aprovação de crédito;
- Crerios e procedimentos de seleção de clientes e prevenção à lavagem de dinheiro;
- Normas de análise e concessão de crédito;
- Procedimentos de análise, aprovação e liberação de novos produtos com risco de crédito;
- Classificação da carteira em níveis de risco, ponderando o rating dos clientes, as garantias envolvidas, os prazos e os atrasos das operações;
- Classificação e análise de risco País;
- Acompanhamento de concentrações geográficas, setoriais e de grupos econômicos, bem como monitoramento dos limites internos e regulatórios definidos dentro das políticas e normas;
- Gestão de limites e risco de crédito de contraparte de instrumentos derivativos financeiros;
- Avaliação do risco em operações de venda ou transferência de ativos;
- Procedimentos formalizados contemplando o fluxo de recuperação de créditos;
- Estabelecimento de limites de exposição para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado (grupo com interesse econômico comum) e de tomadores ou contrapartes com características semelhantes;
- Controle de garantias e instrumentos de mitigação de risco de crédito;
- Monitoramento da carteira ativa de crédito com sinais de alerta que possam influenciar a performance operacional ou financeira dos clientes, minimizando o risco de perdas;
- Realização de testes de estresse, mensurando o efeito combinado de movimentos adversos em indicadores de atividade econômica, taxas de juros, taxa de câmbio e índices de crédito e estimando impactos financeiros afetando políticas e critérios de crédito;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Alta Administração, com indicadores do desempenho do gerenciamento do risco em decorrência das políticas e estratégias adotadas; e
- Procedimentos documentados de exceções a política.

Risco de mercado
 O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pelo Conglomerado. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.
 A gestão é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à tesouraria. A principal ferramenta utilizada para a mensuração de riscos de mercado é o VaR (Valor em Risco). Os princípios básicos que são observados na gestão e controle de riscos de mercado estão em conformidade com a Resolução nº 3.464 do CMN e práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Segregação de carteiras: para efeito da gestão e do controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, conforme a sua estratégia de negócio: carteira *trading* (negociação) ou carteira *banking* (não-negociação);
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e pela definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, compliance e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de mercado está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias de precificação e cálculo de riscos: para efeito do controle de riscos são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatária, baseadas em práticas de mercado;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas medidas de risco, está estruturada com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pela instituição; e
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados.

Risco de liquidez
 O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle de risco de liquidez estão em conformidade com a Resolução nº 4.090 do CMN e práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, compliance e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de liquidez está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias para construção de cenários: são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatária, baseadas em práticas de mercado, que visam incorporar a dinâmica da contratação de novas operações e da liquidação das carteiras existentes;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base em métricas de riscos, estruturadas com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pelo Conselho de Administração;
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados;
- Plano de contingência de liquidez: definição e revisão periódica de plano estruturado para recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com a atribuição de responsáveis e instrumentos.

Risco operacional
 Risco operacional é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos ao Conglomerado - inclui o risco legal, porém exclui o risco de estratégia e o risco de reputação.
 Os princípios básicos observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a Resolução nº 3.380 do CMN e práticas de mercado:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Receitas	4.031.359	3.774.939
Intermediação financeira	4.086.813	3.917.631
Prestação de serviços e tarifas bancárias	69	505
Reversão/(Constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 9) (81.794)	(165.045)
Outras receitas/(despesas)	10.593	4.288
Resultado não operacional	(Nota 26) 15.678	17.560
Despesas da intermediação financeira	(3.274.299)	(2.762.168)
Insumos adquiridos de terceiros	(39.955)	(34.607)
Materiais, energia e outros	(1)	(12)
Serviços de terceiros	(Nota 23) (18)	(21)
Outras	(39.936)	(34.574)
Processamento de dados	(Nota 23) (5.426)	(5.600)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01 de outubro 2013 até 31 de dezembro de 2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01 de janeiro de 2015. Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRM, em datas anteriores a 01 de outubro de 2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, respectivamente.

Em atendimento à Circular nº 3.477/2009 do Bacen, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no website: www.bancovotantim.com.br/ri

4. Principais práticas contábeis
 As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a. Apuração do resultado
 As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia, calculadas com base no método exponencial.

b. Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas - posição bancada, cujo vencimento das operações, na data da aplicação, seja de até 90 dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez
 As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados.

d. Títulos e valores mobiliários
 Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido do provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

i. Títulos para negociação - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

ii. Títulos disponíveis para venda - Títulos que não se enquadram para negociação no período, mas que não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de avaliação a mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que devem ser levados em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração, ou na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, Índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos
 Em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como "hedge" de risco de mercado são realizados para atender as necessidades de administrar a exposição global de risco. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou na falta deste, por modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade, utilizados para contemplos, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (*hedged*) e são classificados de acordo com a natureza em:

i. Hedge de risco de mercado - Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e

ii. Hedge de fluxo de caixa - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria têm seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os instrumentos que não atendam aos critérios de *hedge* têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Administração formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais e consagrados. A Administração deverá avaliar, tanto no início do relacionamento, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual é designado, e se os resultados reais estão dentro da faixa de 80-125 por cento, conforme previsto na regulamentação vigente.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de ajuste de créditos cedidos com transferência dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

f. Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa
 As operações de arrendamento mercantil são registradas na forma da Portaria MF nº 140/1984 e ajustadas por provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, calculadas com base no valor presente da carteira de arrendamento mercantil.

As operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira, e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 (sessenta) dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 (cento e oitenta) dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, conforme as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de diversão ao valor de mercado dessas operações são registrados, quando positivos, em Outros créditos - Diversos, e, quando negativos, em Outros obrigações - Diversas, em contrapartida de Resultado e Instrumentos financeiros derivativos.

g. Despesas antecipadas
 São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h. Estimativas contábeis
 A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos liquidados, devido a imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação de ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise sobre passivos contingentes. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente ou quando houver indício de redução do valor recuperável.

Os principais valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis por meio das estimativas estão incluídos nas seguintes Notas Explicativas:

- nº 7 - Títulos e valores mobiliários;
- nº 8 - Instrumentos financeiros derivativos;
- nº 9 - Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- nº 31 - Ativos e passivos contingentes.

i. Ativo permanente
 Os investimentos são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável;

ii. O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
- sistemas de comunicação, segurança e transporte - 10%; e
- sistemas de processamento de dados - 20%.

iii. O imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente;

iv. O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente; e

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade
 Ao final de cada período, o Conglomerado avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Conglomerado estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, o Conglomerado testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros: Intangível
 Os *softwares*, ou *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado, são constantemente desenvolvidos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

Tributos
 Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 3.655/2008, e estão suportados por estorno de capacidade de realização.

Na Companhia é reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

i. Ativos contingentes - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;

ii. Passivos contingentes - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de provisão não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e

iii. Obrigações legais - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

m. Outros ativos e passivos
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base "pro rata" dia).

	31/12/2013	31/12/2012
5. Composição de caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	4.425	6.779
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Operações compromissadas - Posição bancada	(a) 5.519.242	3.189.889
Total	<u>5.523.667</u>	<u>3.196.668</u>

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez
a. Composição em contas patrimoniais

	31/12/2013	31/12/2012
Oper. comprom. - Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	-	48.878
Letras do Tesouro Nacional	5.519.242	3.141.011
Total	<u>5.519.242</u>	<u>3.189.889</u>

b. Composição por faixa de vencimento

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/12/2013	5.519.242	-	-	-	-	5.519.242
Operações comprom.	-	-	-	-	-	-
- Pos. bancada	5.519.242	-	-	-	-	5.519.242
Em 31/12/2012	3.189.889	-	-	-	-	3.189.889

c. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Rendas de aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	361.269	302.768
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	942	300
Total	<u>362.211</u>	<u>303.068</u>

7. Títulos e valores mobiliários
a. Composição por categoria

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos para negociação		
Letras Financeiras do Tesouro	10.906	10.916
Total	<u>10.906</u>	<u>10.916</u>

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos disponíveis para venda		
Letras do Tesouro Nacional	-	239.955
Notas do Tesouro Nacional	1.067	157.272
Cotas de Fundos de Investimento	-	1.261
Cotas de FIDC	-	30.165
Total	<u>1.067</u>	<u>428.653</u>

Em 31 de dezembro de 2013 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

b. Composição por faixa de vencimento
 Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Por categoria						
Em 31/12/2013	1.067	-	-	10.916	-	11.983
Títulos para negociação	-	-	-	10.916	-	10.916
Títulos disponíveis para venda	1.067	-	-	-	-	1.067
Em 31/12/2012	398.931	-	-	30.165	351.434	780.530

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Por carteira						
Em 31/12/2013	1.067	-	-	10.916	-	11.983
Carteira própria	1.067	-	-	10.910	-	11.977
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	6	-	6
Em 31/12/2012	398.931	-	-	30.165	351.434	780.530

c. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6c)	362.211	303.068
Títulos de renda fixa	11.960	30.576
Aplicações em fundos de investimento	2.169	18.264
Ajustes ao valor de mercado	(22)	7
Total	<u>376.318</u>	<u>351.915</u>

d. Instrumentos financeiros derivativos
 Para a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, são utilizadas fontes externas na determinação do valor. O valor de mercado dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e no mercado secundário doméstico. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* registradas na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse. Os principais riscos inerentes de instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia, são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

a. Composição em contas patrimoniais

	31/12/2013	31/12/2012
Diferencial a receber de <i>swap</i>	220.794	146.997
Box de opção - Estratégia de renda fixa	21.273.203	20.893.944
Total	<u>21.493.997</u>	<u>21.040.941</u>

Passivo
 Diferencial a pagar de *swap*
 Total

	31/12/2013	31/12/2012
Diferencial a pagar de <i>swap</i>	265.319	1.063.919
Total	<u>265.319</u>	<u>1.063.919</u>

b. Composição dos contratos de swap por indexador

	31/12/2013	31/12/2012
Posição ativa		
DI	19.888.758	95.511
Pré-fixado	5.829.963	5.381
Posição passiva	4.530.737	324.264
DI	1.388.607	98.189
Pré-fixado	3.142.130	226.075
Diferencial líquido	<u>15.358.021</u>	<u>(228.753)</u>

c. Composição dos Contratos de Box de opção - Estratégia de renda fixa

	31/12/2013	31/12/2012
Risco Pré-fixado		
Posição ativa		
Compra de <i>Call</i> com limite de alta	8.934.461	9.065.407
Compra de <i>Put</i> com limite de baixa	32.015.152	12.207.796
Risco dólar	-	-
Posição ativa		
Compra de <i>Put</i> com limite de baixa	16.843.020	16.461.075
Posição passiva		
Compra de <i>Call</i> com limite de alta	16.843.020	16.461.075

d. Instrumentos financeiros derivativos segregados por local de negociação e contraparte

	31/12/2013	31/12/2012
Posição ativa		
Balcão - Instituições financeiras	21.493.997	21.040.941
Total	<u>21.493.997</u>	<u>21.040.941</u>
Posição passiva		
Balcão - Instituições financeiras	265.319	1.063.919
Total	<u>265.319</u>	<u>1.063.919</u>

e. Composição de instrumentos financeiros derivativos utilizados em estratégias de hedge

	31/12/2013	31/12/2012</
--	------------	--------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de Reais)

	31/12/2013	31/12/2012				
16. Obrigações por repasses						
a. Composição em contas patrimoniais						
Repasses do País - FINAME						
Pré-fixado	(a) 8.299	14.876				
Total	8.299	14.876				
(b) Taxa de atualização em 2013: 0,30% a.a. a 9,80% a.a.						
b. Composição por prazo de exigibilidade						
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/12/2013	93	969	7.237	-	-	8.299
Repasses do País - FINAME	93	969	7.237	-	-	8.299
Em 31/12/2012	265	1.152	9.888	3.571	-	14.876
c. Despesas de operações de empréstimos e repasses						
Repasses FINAME	(916)	(1.302)				
Total	(916)	(1.302)				
17. Outras obrigações - Sociais e estatutárias						
	31/12/2013	31/12/2012				
Dividendos a pagar	26.057	8.086				
Total	26.057	8.086				
Passivo circulante	26.057	8.086				
Passivo exigível a longo prazo	-	-				
18. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias						
a. Composição em contas patrimoniais						
	31/12/2013	31/12/2012				
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 27d)	442.589	542.351				
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	224.820	126.585				
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	46	64				
Impostos e contribuições sobre salários	7	13				
PIS	229	201				
COFINS	1.411	1.241				
ISS	118	140				
Provisão para riscos fiscais (Nota 31)	3.302	3.084				
Total	672.522	673.679				
Passivo circulante	528.963	202.694				
Passivo exigível a longo prazo	143.559	470.985				
b. Despesas tributárias						
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012				
ISS	(1.502)	(1.861)				
PIS	(2.494)	(2.968)				
COFINS	(15.348)	(18.265)				
Tributos federais	(15)	(10)				
Tributos estaduais	(5)	(4)				
Tributos municipais	(13)	(-)				
Outras	(440)	(2)				
Total	(19.817)	(23.110)				
19. Outras obrigações - Diversas						
	31/12/2013	31/12/2012				
Provisão para passivos contingentes (Nota 31)	7.504	9.379				
Provisão para despesas de pessoal	10	6.804				
Provisão para despesas administrativas	624	845				
Acordo comercial	-	3.733				
Outras	8.825	19.227				
Total	16.963	39.988				
Passivo circulante	15.054	39.988				
Passivo exigível a longo prazo	1.909	-				
(a) Referem-se, basicamente, aos valores a processar oriundos do fluxo operacional da carteira de arrendamento mercantil.						
20. Patrimônio líquido						
Capital Social						
O Capital Social, subscrito e integralizado, é representado por 510.404 ações ordinárias, sem valor nominal.						
b. Reserva de Lucros						
Reserva legal						
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando, acrescida do montante das Reservas de Capital, exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.						
Reserva para expansão						
Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do exercício, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva para expansão". O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.						
c. Dividendos						
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal. A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 26.057 (R\$ 8.086 em 2012).						
	31/12/2013					
Lucro líquido	109.716					
Reserva legal	(5.486)					
Base de cálculo	104.230					
Dividendo mínimo obrigatório	26.057					
Valor proposto	26.057					
% sobre a base de cálculo	25%					
d. Saldo de valor patrimonial reconhecidos no Patrimônio Líquido no período						
	01/01 a 31/12/2013					
Saldo inicial	(75)					
Títulos disponíveis para venda	123					
Efeitos tributários	(48)					
Saldo final						
21. Rendimentos de tarifas bancárias						
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012				
Pessoa física	57	423				
Confecção de cadastro	-	3				
Adiantamentos contratuais	57	418				
Avaliação de bens	-	2				
Pessoa jurídica	-	2				
Confecção de cadastro	-	2				
Total	57	425				
22. Despesas de pessoal						
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012				
Honorários	(534)	(1.074)				
Encargos sociais	(163)	(540)				
Proventos	(23)	(7.228)				
Trinamento	(5)	(5)				
Total	(720)	(8.847)				
23. Outras despesas administrativas						
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012				
Água, energia e gás	(1)	(12)				
Aluguéis	(55)	(5)				
Emolumentos judiciais e cartorários	(2.958)	(5.735)				
Processamento de dados	(5.426)	(5.600)				
Publicações	(128)	(184)				
Propaganda e publicidade	(50)	(36)				
Serviços de terceiros	(18)	(21)				
Serviços do sistema financeiro	(2.521)	(2.690)				
Serviços técnicos especializados	(8.626)	(9.075)				
Impostos e multas de bens arrendados	(12.229)	(8.437)				
Outras	(7.998)	(2.817)				
Total	(40.010)	(34.612)				
24. Outras receitas operacionais						
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012				
Ressarcimento de custos associados	10.253	19.735				
Correção monetária de depósitos judiciais	83	76				
Varição monetária ativa	337	39				
Recuperação de encargos e passivos contingentes	183	-				
Reversão de provisão para despesas contingentes	2.152	5.363				
Reversão de provisão para participação nos lucros e resultados	6.783	-				
Outras	268	25.213				
Total	20.059	25.213				
25. Outras despesas operacionais						
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012				
Custos associados a produção	-	(5)				
Provisão para passivos contingentes	(497)	(5.403)				
Indenizações cíveis	(7.418)	(14.909)				
Outras	(1.551)	(608)				
Total	(9.466)	(20.925)				
26. Resultado não operacional						
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012				
Receitas não operacionais	25.458	23.457				
Alienação de valores e bens	20.578	23.016				
Investimentos por incentivos fiscais	464	441				
Outras	2.616	-				
Despesas não operacionais	(9.780)	(5.897)				
Alienação de valores e bens	(7.499)	(4.787)				
Perdas por incentivos fiscais	(1.657)	(53)				
Outras	(624)	(10.57)				
Total	15.678	17.560				

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
27. Imposto de Renda e Contribuição Social		
a. Demonstração das despesas de IR e CSLL		
Valores correntes	(239.584)	(126.584)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	(224.820)	(126.584)
IR e CSLL diferido	(14.764)	-
Superveniência de depreciação	99.761	114.822
MTM - TVM / Derivativos / Operações de arrendamento mercantil	282.616	170.318
Compensação de superveniência de depreciação	34.300	(4.400)
Ativo fiscal diferido	(217.155)	(51.095)
Prejuízos fiscais - No País	79.326	(11.524)
Superveniência de depreciação	(96.233)	(53.449)
MTM - TVM / Derivativos / Operações de arrendamento mercantil	217.155	51.095
Provisão para créditos liquidação duvidosa - Carteira própria	(38.911)	18.254
Provisões para contingências fiscais/ cíveis / trabalhistas	(1.040)	(28.648)
Provisões para pagamento de honorários	(680)	(155)
Outras despesas	(882)	133
Total das despesas	(60.497)	(23.285)
b. Conciliação dos encargos de IR e CSLL		
Resultado antes dos tributos e participações		
Contribuição Social		
Encargo total do IR (aliquota de 25%) e CSLL (aliquota de 15%)	(68.086)	(22.933)
Encargos sobre receitas não tributáveis	3.541	-
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(3.813)	(3.082)
Incentivos fiscais (PAT, Cultura e outros)	7.828	2.705
Outros valores	33	25
c. Ativo fiscal diferido (Crédito tributário)		
Total dos créditos tributários ativados	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízos fiscais - No País	703.394	624.117
Compensação de superveniência de depreciação	627.259	723.492
MTM - TVM / Derivativos / Operações de arrendamento mercantil	7.767	(217.155)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Carteira própria	63.963	65.005
Provisões para contingências e Obrigação legal	3.952	4.627
Provisões para pagamento de honorários	50	133
Outras provisões	403	1.285
d. Obrigações fiscais diferidas		
	31/12/2013	31/12/2012
Superveniência de depreciação	441.236	723.850
Compensação de superveniência de depreciação	-	(217.155)
MTM - TVM / Derivativos / Operações de arrendamento mercantil	1.353	35.656
Total	442.589	542.351
e. Expectativa de realização do crédito tributário		
Os valores indicados a seguir, quanto à expectativa de realização dos créditos tributários, são estimados com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.		
	Valor nominal	Valor presente
Em 2014	131.186	118.585
Em 2015	55.826	44.826
Em 2016	30.113	21.282
Em 2017	23.288	14.496
A partir de 2018	462.983	138.023
Total	703.394	337.212

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 168.525, de correspondência a 118% da respectiva projeção de utilização para o período de 2013, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2012. Não existem créditos tributários não ativados.

	01/01 a 31/12/2013	Diferenças a Compensar (a)	Diferenças Intertemporais (b)
Em 2014	18%	47%	
Em 2015	7%	16%	
Em 2016	2%	20%	
Em 2017	3%	9%	
A partir de 2018	70%	8%	

(a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa contempla também o resultado negativo auferido por subsidiária no exterior;

(b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

28. Partes relacionadas
Sumário das transações com partes relacionadas
 As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil, e o Conglomerado Industrial Votorantim, sendo as principais Votorantim Financeiras S.A. e Votorantim Industrial S.A..

	31/12/2013	31/12/2012		
Ativo / (Passivo) Disponível				
Banco Votorantim S.A.	419	244		
Banco do Brasil S.A.	127	16		
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
Banco Votorantim S.A.	4.105.029	3.189.889		
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo				
Banco Votorantim S.A.	21.493.997	21.040.941		
Recursos de aceites e emissão de títulos				
Banco Votorantim S.A.	(24.898.636)	(23.042.927)		
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo				
Banco Votorantim S.A.	(265.319)	(1.063.919)		
Outras obrigações				
Banco Votorantim S.A.	-	8.086		
Outros valores a receber / (pagar)				
Banco Votorantim S.A.	173	357		
Resultado com títulos e valores mobiliários				
Banco Votorantim S.A.	362.211	298.554		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos				
Banco Votorantim S.A.	1.741.611	1.488.761		
Operações de captações no mercado				
Banco Votorantim S.A.	(1.855.816)	(1.759.378)		
Outras despesas administrativas				
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	(10)		
Outras despesas operacionais				
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	(5)		
29. Valor de mercado				
O valor contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros são:				
	31/12/2013	31/12/2012		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Circulante e realizável a longo prazo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.519.242	5.519.242	3.189.889	3.189.889
Títulos e valores mobiliários	11.983	11.983	780.530	780.530
Instrumentos financeiros derivativos	21.493.997	21.493.997	21.040.941	21.040.941
Operações de arrendamento mercantil	914.219	914.219	1.901.119	1.901.119
Passivo				
Circulante e exigível a longo prazo				
Recursos de aceites e emissão de títulos	26.402.881	26.402.881	24.538.628	24.538.628
Obrigações por repasses do País	8.299	8.299	14.876	14.876
Instrumentos financeiros derivativos	265.319	265.319	1.063.919	1.063.919

30. Análise de sensibilidade
 A BV Leasing gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita, tais como, exposições a taxas de juros prefixadas em reais, com moedas estrangeiras e seus respectivos cupons. Na gestão de oscilações dos fatores de risco de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a BV Leasing utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros. A análise de sensibilidade envolve todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*). Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2013:

	Cenário I		Cenário II	
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	1.429	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-	-

		Cenário II	
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(39.112)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

		Cenário III	
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(80.913)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-